

ANTROPOLOGIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Juliana Geraldi Yamaguti¹

Resumo: O presente artigo objetiva discutir e refletir sobre a noção de patrimônio cultural enquanto construção social, bem como categoria educativa para a formação dos cidadãos, através da política pública nacional idealizada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), denominada Educação Patrimonial. Assim, propõem-se alguns questionamentos elementares para compreender os diferentes campos, agentes e interesses vinculados ao Patrimônio Cultural Brasileiro, tais como: a noção de cultura para o senso comum e para a Antropologia; o que vem a ser o Patrimônio Cultural; a contribuição da Antropologia no campo patrimonial; o que é a Educação Patrimonial e qual o seu papel como ação educativa para proteger e preservar o Patrimônio Cultural Material e Imaterial Nacional.

Palavras-chave: Antropologia, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

Abstract: This article aims to discuss and reflect about the notion of cultural heritage as social construction, as well as educational category to formation of citizens, through the National Public Policy idealised by Iphan (Historical and Artistical National Heritage Institute), called Patrimonial Education. Thus, some elementary questionings are proposed in order to understand the different fields, agents and interests that are linked to the Brazilian Cultural Heritage such as: the notion of culture for common sense and for anthropology; the meaning of cultural heritage; the contribution of anthropology into the patrimonial field; What heritage education is; and what is its role as an educational action to protect and preserve the tangible and intangible national cultural heritage.

Key words: Anthropology, Cultural Heritage and Patrimonial Education

¹ Cientista Social e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara/SP - (UNESP).

ANTROPOLOGIA E CULTURA

O significado etimológico da palavra Antropologia, segundo Araújo (2016), compreende a união dos vocábulos gregos – anthropos (homem) e logos (razão/estudo).

No geral, podemos definir a Antropologia como a ciência que estuda o ser humano em suas esferas biológica, social e cultural. Para a realização de estudos sobre cada esfera citada, faz-se necessário o domínio de conhecimento científico, além de objeto e métodos próprios.

A referida autora apresenta algumas definições das diferentes tipologias antropológicas: a Antropologia Física estuda aspectos genéticos e biológicos relacionados ao ser humano; a Antropologia Social dedica-se aos estudos referentes à organização social e política, questões relacionadas ao parentesco, bem como às instituições sociais; já a Antropologia Cultural volta suas pesquisas aos sistemas simbólicos, a religião e, também, ao comportamento em diferentes culturas.

A Antropologia compartilha muitos estudos e pesquisas com a Arqueologia, ciência que se dedica aos estudos das condições de existência dos agrupamentos humanos já extintos, baseando-se em seus vestígios materiais.

Segundo Araújo (2016), desde a Antiguidade Clássica é possível identificar elementos do que hoje compreendemos como pensamento antropológico. Pensadores e filósofos deste período lançavam questões referentes ao ser humano e à vida partilhada. A Antropologia surgiu como ciência no contexto do Iluminismo. Viagens com o objetivo de explorar e colonizar chamaram a atenção dos europeus sobre outros povos e suas respectivas culturas. Durante o século XV, cabia aos viajantes, missionários e cronistas observar, ouvir e registrar a maneira como os diferentes povos viviam no mundo todo. No Brasil, não foi diferente, pois, de acordo com Araújo (2016), o viajante e cronista alemão Hans Staden (1524-1576), em *Duas viagens ao Brasil* (1557), descreveu a maneira de viver dos indígenas. O pintor, desenhista e viajante francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) registrou desenhos sobre indígenas, a flora, a fauna e o relevo em sua obra *Viagem pitoresca ao Brasil*, elaborada entre 1834 e 1839.

Charles Darwin, durante o século XIX, contribuiu com a sistematização do pensamento biológico na Antropologia, em *A origem das espécies* (1859). Émile Durkheim ao apresentar seus estudos sobre os fatos sociais e sua proposta sobre o método sociológico acabou influenciando o etnólogo francês Marcell Mauss (1872-1950) a pesquisar as representações primitivas do fato social total, despertando o interesse de Mauss para estudos referentes às formas de magia.

Precusores da Antropologia, Franz Boas (1858-1942), alemão radicado nos EUA e Bronislaw Malinowski (1884-1942), polonês, interessaram-se pela Etnologia, segundo Araújo (2016), ramo científico que estuda os diferentes aspectos de uma determinada sociedade para apreender sua estrutura e sua transformação. Nos anos 50 do século XX, o francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) fundou a Antropologia Estruturalista. Seus estudos buscavam compreender normas, regras, valores, costumes, bem como a estrutura de diferentes povos. Além disso, procurou identificar as formas comuns (universais) existentes para além do véu da diversidade.

A cultura é uma dimensão (além da biológica e social) fortemente apreciada e estudada pela Antropologia desde os primórdios desta ciência até os dias atuais, especialmente quando grande parte de seus estudos e pesquisas abordam a materialidade da cultura, via artefatos e objetos, buscando relacionar a finalidade e o sentido que os objetos têm para uma comunidade, povo, nação em uma determinada cultura, como também a importância e influência que tais objetos e artefatos exercem na definição da identidade cultural de uma sociedade.

Diversas são as definições atribuídas ao conceito de cultura sob o ponto de vista antropológico. Para Laraia (2003), a primeira definição de cultura formulada antropológicamente pertence a Edward Tylor (1832-1917). O antropólogo britânico concebeu cultura como a totalidade de conhecimento, crença e expressão emocional, à qual se somam as regras estabelecidas, os hábitos, comportamentos e habilidades adquiridas no convívio dos membros de uma sociedade. Segundo Araújo (2016), inúmeras foram as tentativas de definições pelo fato de a cultura ser um fenômeno heterogêneo e em contínua transformação.

Antropólogos como Malinowski, Radcliffe-Brown, Claude Lévi-Strauss, Kroeber, Geertz, Schneider, entre outros, lançaram leituras teóricas e metodologias para o conceito de cultura, mas como diz Laraia (2003), a discussão não terminou e está longe de um consenso, uma vez que a compreensão exata do conceito de cultura significa compreender a própria natureza humana, tema longe de ser esgotado pelas reflexões humanas.

Roberto Da Matta, antropólogo brasileiro, faz importante reflexão acerca do significado do termo cultura. Há ao menos duas distinções básicas: uma noção de cultura baseada no senso comum e uma noção de cultura enquanto categoria antropológica. Segundo o autor (1981), a palavra cultura para o senso comum é sinônimo de sofisticação, de sabedoria, de educação no sentido restrito do termo. Quer dizer, quando falamos que “Maria não tem cultura” e que “João é culto”, estamos nos referindo a certo estado educacional destas pessoas, querendo indicar com isto sua capacidade de compreender ou organizar certos dados e situações. Cultura aqui é

equivalente a volume de leituras, a controle de informações, a títulos universitários e ela chega até mesmo a ser confundida com inteligência, como se a habilidade para realizar certas operações mentais e lógicas (que definem de fato a inteligência) fosse algo a ser medido ou arbitrado pelo número de livros que uma pessoa leu, as línguas que pode falar ou aos quadros e pintores que pode, de memória, enumerar.

Já a palavra cultura para a Antropologia é um conceito chave para interpretar a vida social. Para Da Matta (1981), cultura não é apenas referência que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa.

Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. (DA MATTA, 1981: 2).

Mas a grande descoberta antropológica, segundo Da Matta (1999), é que todo o mundo têm “cultura”. Lida como um substantivo, à maneira antropológica, a palavra “cultura” não fala apenas de um processo ou de certos traços de qualidade que podem ser achados, adquiridos, ensinados ou perdidos, esquecidos e aprendidos, mas de um estado.

De acordo com Laraia (2003), a cultura é um tema ligado à Antropologia desde seus primórdios e tem sido objeto de reflexões no decorrer de seu desenvolvimento enquanto ciência. Muitas são as teorias sobre cultura, das clássicas às modernas, todas buscaram compreender o conceito de cultura e à Antropologia Moderna coube a tarefa de reconstruir tal conceito.

A antropóloga americana Ruth Benedict, em *O crisântemo e a espada* (2011), escreveu que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo.

Devemos considerar que a cultura condiciona a visão de mundo do homem. Ainda de acordo com Laraia (2003), homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, assim, apresentam visões diferentes e desencontradas sobre a maneira de viver em sociedade.

Além das pesquisas e reflexões acadêmicas para designar o termo cultura, encontramos, também, órgãos oficiais de Estado, responsáveis pela salvaguarda da cultura material e imaterial, em diversos países que procuram conceituar o que vem a ser cultura.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002), elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, compreende a cultura como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além

das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

No Brasil, a Constituição Federal (1988), em seu artigo 216, entende por cultura: todas as ações por meio das quais os povos expressam suas formas de criar, fazer e viver.

A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos, e as obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, os fazeres, os falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as idéias e a fantasia. (FONSECA, 2001: 69).

Mas, afinal, o que é patrimônio cultural?

Muitas são as abordagens, diversos são os olhares e os significados para o conceito de patrimônio cultural.

O significado mais comum para a palavra patrimônio esteve, durante muito tempo, de acordo com Figueira (2012), relacionado às propriedades e a outros bens móveis adquiridos em vida e transmitidos após a morte aos descendentes de uma família como herança.

A palavra patrimônio para os franceses significava bens de propriedade do povo, representando a memória coletiva construída sobre acontecimentos comuns à história daquele país, a partir da Revolução Francesa no século XVIII, momento em que os bens do clero e da aristocracia foram colocados à disposição da nação, de acordo com Choay (2001).

No contexto da Revolução Francesa, muitos dos revolucionários queriam destruir obras de arte, castelos, prédios e objetos pertencentes à nobreza, bem como os templos que remetiam ao poder do clero. Tal atitude foi repudiada por alguns intelectuais, uma vez que também contavam a história do povo francês, dos camponeses, dos pobres e dos comerciantes. Deste modo, esses bens deveriam ser preservados a fim de garantir o interesse de um conjunto maior de pessoas, isto é, da população, da nação francesa.

Podemos perceber que a noção de patrimônio, neste sentido, está vinculada à conquista da cidadania. Lima Filho (2006) diz que estava traçado o caminho de sentidos de preservação dos patrimônios mundiais como metonímias de coletividades, memórias nacionais e também de caráter universal.

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a idéia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O

histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. (FONSECA, 2017: 35).

Depois da II Guerra Mundial (1939-1945), surgiu a noção de um patrimônio cultural que fosse reconhecido como de interesse da humanidade, uma vez que monumentos situados em quase todos os países envolvidos no conflito foram destruídos, uma perda irreparável do conhecimento de culturas antigas e a história das nações às gerações futuras.

A referida ideia só foi efetivada, conforme publicação do IPHAN (2012), após o anúncio da construção da grande barragem de Assuam, no sul do Egito, cujas águas iam tornar férteis terras desérticas, nas margens do rio Nilo, mas, em contrapartida, inundariam belos e antiquíssimos templos e túmulos de faraós. Como o governo egípcio não tinha condições financeiras de realizar a transposição de tais bens históricos para outro local, o Ministro da Cultura francês lançou apelo à comunidade internacional, relatando que aqueles bens não eram pertencentes apenas ao Egito, mas faziam parte da história e da cultura da humanidade, portanto seria responsabilidade de todos os países contribuírem para sua salvaguarda.

Tal apelo foi acolhido pela Unesco, coordenando esforços para realizar a ação. A partir deste episódio, houve em 1972 a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, culminando na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que definiu, em seu artigo 1º, o que é considerado Patrimônio Cultural:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os locais de interesse: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

A referida definição foi formulada em virtude da constatação de que o patrimônio cultural encontrava-se ameaçado de destruição, seja pelas causas tradicionais de degradação, seja pela evolução da vida social e econômica, considerando que a degradação ou o desaparecimento de

um bem do patrimônio cultural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo.

Neste importante documento, podemos perceber a preocupação para salvaguardar fundamentalmente o patrimônio cultural material, conforme a definição apresentada acima.

Passadas três décadas, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua 32ª sessão, realizada em Paris, em 2003, trouxe a definição do que se considera Patrimônio Cultural Imaterial, como podemos verificar em seu Artigo 2º:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (Unesco, 2003: 4).

O patrimônio cultural imaterial foi descrito como manifestação de tais campos:

- tradições e expressões orais, incluindo o idioma;
- expressões artísticas;
- práticas sociais, rituais e atos festivos;
- conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- técnicas artesanais tradicionais.

As justificativas apresentadas durante a referida convenção apontam para:

1. a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural;
2. processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda;
3. a vontade universal e a preocupação comum de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da humanidade;

4. o reconhecimento de que as comunidades, em especial as indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana;
5. a necessidade de conscientização, especialmente entre as novas gerações, da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda.

No Brasil, de acordo com Fonseca (2017), em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional é referida pela primeira vez como objeto de proteção obrigatória por parte do poder público, na Constituição de 1934. Diz o artigo 10 – das disposições preliminares:

[...] compete concorrentemente à União e aos estados: [...] proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico e artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.

Mas, somente com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é regulamentada a proteção dos bens culturais no Brasil.

Mesmo com a proteção regulamentada aos bens culturais nacionais, a noção de patrimônio não era consenso aos órgãos de proteção, aos intelectuais e acadêmicos e também à sociedade e aos cidadãos brasileiros.

De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, patrimônio é:

1. herança paterna. 2. Bens de família. 3. Dote dos ordinandos. 4. Bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornar (em) protegido(s), como, p. ex., pelo tombamento, deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos. 5. Fig. Riqueza.

Figueira (2012) afirma que, no Brasil, a temática do patrimônio começou a ser considerada politicamente, com o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920. De acordo com Fonseca (2009), tal prática deve priorizar sua análise à luz de dois fatos: o primeiro refere-se ao movimento modernista, cujos intelectuais foram os protagonistas dos projetos patrimoniais por ocuparem as direções dos órgãos nacionais criados para a gestão do patrimônio no Brasil. O segundo fato refere-se à ambiência histórica do Estado Novo, à ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), período fortemente marcado pela censura, mas, ao mesmo tempo, espaço aberto para a realização de projetos.

Assim, ao mesmo tempo em que o governo Vargas criava a Agência Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – cuja função era censurar, cercear manifestações contra o governo –, criava também o Ministério da Educação e Saúde (MES), órgão que abria espaços para o desenvolvimento de projetos culturais, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), o Conselho Nacional de Cultura, o Conselho Consultivo do Sphan, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional do Teatro, o Instituto do Cinema Educativo, o Serviço de Radiodifusão Educativa. (FIGUEIRA, 2012: 28-29).

Mário de Andrade (1893-1945), escritor brasileiro, estudioso em literatura, música, artes plásticas, folclore e arquitetura, em suas viagens pelo Brasil, registrou em filmes, fotografias e textos, danças, lendas e canções. Em sua obra, procurava associar conhecimento e reflexão com ações de reconhecimento e valorização da cultura enquanto elemento essencial da identidade do povo brasileiro. Integrante do Movimento Modernista, junto a um grupo de intelectuais e artistas, defendia a valorização das diferentes raízes da cultura brasileira.

Ainda na primeira metade do século XX, outros importantes pesquisadores da cultura popular, como Câmara Cascudo (1898-1986), Gilberto Freyre (1900-1987), Sílvio Romero (1851-1914) e Edison Carneiro (1912-1972) também produziram conhecimento e documentação de festas, costumes, técnicas de produção de barcos, de tecidos, rendas, enfim, de saberes e fazeres enraizados no cotidiano das comunidades pelo Brasil afora. (IPHAN, 2012: 10).

O Iphan é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Compete ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Mas essa concepção de patrimônio cultural nem sempre foi assim e tal proposta é considerada recente na história do País.

Na concepção do Iphan (2010), patrimônio cultural é aquilo que diz respeito à formação de uma comunidade, uma cidade, um estado e um país. É tudo o que representa a cultura de um povo. Considera-se patrimônio os saberes criados e passados de geração em geração, aperfeiçoados e modificados com o passar do tempo. São também frutos da relação do homem com a natureza e entre si, são a herança coletiva de um povo, apresentando-se, dessa maneira, a razão de sua preservação, a fim de manter viva a história e a memória.

O órgão federal de preservação patrimonial classifica o patrimônio cultural em:

1. Patrimônio material: edificações, objetos de arte, objetos de uso cotidiano, bens arqueológicos, entre outros. Considerados bens “palpáveis”.
2. Patrimônio imaterial: são as festas, folguedos, lendas, culinária, modos de fazer e outros. São aqueles bens culturais que não têm existência material, conhecidos também como intangíveis.

Vale ressaltar, conforme Rotman e Castells (2007), que o afastamento entre material e imaterial é impraticável, pois esses aspectos estão unidos e se articulam como expressão do patrimônio cultural:

“[...] a intangibilidade pode ser valorizada inclusive como o aspecto mais relevante de um bem, na medida em que precisamente sua legitimação como patrimônio será resultado das lutas pela imposição do sentido “[...] são os significados, os usos e valores que se assinalam e se atribuem às expressões culturais os fatores que determinam seu caráter e, portanto, sua inclusão no campo patrimonial”. (ROTMAN e CASTELLS, 2007: 73 e 74).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, denominada Constituição Cidadã, em seu artigo 216, apresenta o que vem a ser o patrimônio cultural brasileiro:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Qual é o significado de patrimônio cultural para a antropologia?

Para iniciar tal reflexão, recorreremos ao antropólogo brasileiro Antônio Arantes, que afirma a existência de uma agenda de questões e assuntos de relevância sociológica elementares sobre o patrimônio. O primeiro ponto ou aspecto da agenda, de acordo com Arantes (2006: 426): o ponto de partida tácito é que o patrimônio é construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe oferecem sentido.

Diante do exposto, podemos afirmar que o Patrimônio Cultural é tudo o que diz respeito a uma comunidade, uma cidade, um estado, um país, uma nação, determinada sociedade.

Devemos lembrar que foi criada também uma lista referente ao que vem a ser considerado Patrimônio Mundial. Somente eram inscritos nesta Lista os bens de valor excepcional, selecionados de acordo com critérios de valoração das culturas européias, como exemplo palácios, igrejas, conjuntos urbanos. Assim, ficavam excluídas, manifestações pertencentes aos indígenas das Américas e tribos da África e da Oceania.

Com isso, podemos perceber que a questão do valor deve ser pensada e discutida quando o assunto é Patrimônio Cultural. Fonseca (2017) relata que em todos os textos jurídicos é o valor cultural atribuído ao bem que justifica seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, sua proteção pelo Estado.

No caso dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, o valor que permeia o conjunto de bens, independentemente de seu valor histórico, artístico, etnográfico etc., é o valor nacional, ou seja, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso, à nação. (FONSECA, 2017: 34 e 35).

A Antropologia, especialmente em suas pesquisas acadêmicas referentes ao Patrimônio Cultural, bem como o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, compartilham o mesmo questionamento sobre a noção de patrimônio, isto é, patrimônio de quem e para quê?

Sendo assim, ao pesquisar sobre o patrimônio cultural, compete abordá-lo enquanto uma construção social, histórica, cultural, temporal e contextual, bem como uma categoria educativa para a formação do cidadão ao proporcionar seu direito à cultura. Implica ainda, pensar e refletir sobre os diferentes agentes/atores que fazem parte do campo do patrimônio, seus múltiplos interesses e suas diferentes práticas.

O patrimônio é referência para quem? O patrimônio tem sentido para quem?

Abreu (2012) apresenta o surgimento de duas novas forças: a preservação e destruição do que era considerado patrimônio de uma nação. Aqui, podemos indagar sobre o que preservar e sobre o que apagar? Quais memórias iluminar e quais memórias apagar? A quem cabe tal decisão?

Dilemas desta natureza estiveram, estão e estarão presentes em praticamente todas as culturas e nações mundo afora. No Brasil, dilemas presentes e latentes, seja na esfera acadêmica, seja na esfera das instituições públicas responsáveis pela preservação do patrimônio nacional, seja nas comunidades rurais e urbanas – locus – da produção, do consumo e da apropriação desse patrimônio.

Encontramos hoje, estudos sistematizados e consolidados sobre a temática do patrimônio cultural nos diversos países europeus, nos EUA, em países da América Latina, incluindo o Brasil, especialmente realizados no campo antropológico. Mas tal prática nem sempre foi assim.

Nestor García Canclini, antropólogo argentino, já constatava em 1997 que a temática referente ao patrimônio tinha preferência secundária entre os cientistas sociais, uma vez que entendia-se que o diálogo com as questões patrimoniais relacionava-se ao passado, restando o ofício apenas aos arqueólogos e historiadores.

A relação da antropologia com o patrimônio cultural foi consolidada paulatinamente no decorrer de sua trajetória enquanto ciência e disciplina acadêmica. Lima Filho e Abreu (2007), em artigo conjunto², afirmam que a atuação dos antropólogos no campo do Patrimônio não é recente:

Se incluirmos no campo do Patrimônio os museus, será possível sistematizar ações significativas tanto em práticas de colecionamento, pesquisa em museus, quanto em formulações e realizações de exposições. A Antropologia nasceu nos museus e é marcada pela idéia de preservação desde o início, quando os primeiros pesquisadores da disciplina coletavam objetos e documentos em suas pesquisas de campo e depois os armazenavam nos laboratórios de pesquisa. Internacionalmente, há alguns exemplos expressivos de antropólogos articulados diretamente ao tema dos museus, como Franz Boas, Georges Henri Rivière (Museu de Artes e Tradições Populares de Paris), Paul Rivet (Museu do Homem) e mesmo Claude Lévi-Strauss (colaborador do Museu do Homem e do Projeto de fundação da Unesco). Nacionalmente, há algumas personagens emblemáticas neste sentido, como Édison Carneiro (Museu Nacional), Darcy Ribeiro (fundador do Museu do Índio) e Luiz de Castro Faria (Museu Nacional). (LIMA FILHO e ABREU, 2007: 21 e 22).

Arantes (2006) aponta para a participação de um crescente número de Cientistas Sociais em pesquisas acadêmicas referentes à temática patrimônio cultural, além da atuação em ações governamentais de preservação do patrimônio cultural. Relata, ainda, um número significativo de profissionais, especialmente antropólogos, apoiando populações tradicionais na defesa dos direitos de posse e uso de recursos patrimoniais.

De acordo com o antropólogo brasileiro:

O que na década de 1980 eram indícios isolados de interesse acadêmico ou político por essa temática tornou-se hoje manifestação de um campo de atividade intelectual em franco processo de consolidação. Um indício eloquente dessa tendência é o aumento significativo de comunicações de pesquisa, nessa área, nas Reuniões Brasileiras de Antropologia, como ocorre nesta sua vigésima quinta edição. (ARANTES, 2006: 425).

Lima Filho e Abreu (2007) reafirmam o crescente e significativo número de antropólogos que se dedicam ao tema do patrimônio cultural em suas pesquisas acadêmicas, como também, em atividades referentes à gestão de políticas públicas ou comunitárias no Brasil. Em virtude da referida demanda, a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) instituiu o Grupo de Trabalho Permanente do Patrimônio Cultural em 2002³.

² Intitulado: A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil, resultado das discussões no GT (Grupo de Trabalho) – Patrimônio Cultural da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em 2006.

³ Vale ressaltar que ano de destaque, seja para a referida associação, seja para o campo do patrimônio cultural, foi 2006, pois sob a presidência da Prof.^a Dr.^a Miriam Pillar Grossi (gestão 2004-2006), foi realizada a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia na cidade de Goiânia – GO, no período de 10 a 13 de junho, congregando os associados

Oliveira e Grossi (2007) discorrem sobre uma das grandes contribuições da obra gestada durante a edição da ABA em 2006, apresentando aspectos relevantes sobre a temática do patrimônio, especialmente quando abordados sob a perspectiva antropológica. Três são os aspectos:

(1) a articulação cada vez mais forte entre as noções de bens (inclusive os imateriais), direitos e identidades nas discussões sobre patrimônio e sua relevância para o exercício da cidadania na contemporaneidade; (2) a necessidade do diálogo com outras disciplinas na definição do patrimônio e na elucidação de seus significados, cujo caráter dinâmico não permite abordagens estáticas nem classificações definitivas, dada à pluralidade de visões e de experiências do público-alvo das políticas públicas nesta área; (3) o potencial de interação dos museus com os cidadãos de uma maneira geral – seja por meio de sua identificação com o material exposto, seja pela possibilidade de contrastar sua visão de mundo e sua identidade social com as de outros povos. Os três aspectos têm como pano de fundo o significado da dimensão simbólica da vida social e a importância de atentar para o ponto de vista nativo – marca registrada da Antropologia – na compreensão do patrimônio. (OLIVEIRA e GROSSI; 2007: 8 e 9).

Os aspectos apresentados vêm ganhando destaque e fôlego nas pesquisas acadêmicas sob a perspectiva antropológica, como também na agenda dos agentes responsáveis pela realização das políticas públicas nacionais para salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro, contribuindo assim, para a ampliação da noção de patrimônio, bem como para a participação efetiva da sociedade civil nos processos decisórios referentes ao que vêm a ser o patrimônio material e imaterial e seus significados, suas recepções, suas apropriações e seus usos.

Castells (2008) relata que as temáticas atuais referentes ao campo patrimonial apresentam uma diversidade de questões que compreendem estudos referentes à conservação da memória, à revisão da história colonial, ao turismo como uma prática identitária e mercadológica, temas tradicionais sobre patrimônio na cidade, especialmente relativos ao processo de gentrificação, ao campo do patrimônio natural, e outros diferentes temas.

A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA NO CAMPO PATRIMONIAL

Como vimos anteriormente, no Brasil, a participação dos antropólogos no campo patrimonial não é algo recente, especialmente em museus e instituições voltadas à preservação do patrimônio, porém de maneira esporádica, uma vez que predominavam os historiadores e os

na comemoração dos vinte e cinco anos na realização de congressos e cinquenta anos de existência da associação. As discussões realizadas no decorrer do evento resultaram na publicação do livro *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*, organizado por Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão e Cornelia Eckert. Nesta obra encontram-se artigos de especialistas brasileiros e estrangeiros quando o assunto é Patrimônio Cultural.

arquitetos. Podemos constatar tal afirmação na atuação de antropólogos no Conselho do Patrimônio do Iphan, destacando somente Gilberto Velho como membro do referido Conselho durante alguns anos, e, posteriormente, Roque de Barros Laraia.

Lima Filho (2007) relata que o patrimônio tornou-se objeto de reflexão sistemática dos antropólogos quando alguns pesquisadores incluíram o tema em suas teses de doutorado, como podemos verificar a seguir:

Antonio Augusto Arantes Neto, orientado por Edmund Leach, defendeu, em 1978, na Universidade de Cambridge/King's College, Inglaterra, a tese *Sociological aspects of folhetos literature in Northeast Brazil*; mais tarde, em 1984, ele publicou o livro *Produzindo o passado*. No ano de 1989, registra-se a tese de doutorado de José Reginaldo Gonçalves (UFRJ), intitulada *Rediscoveries of Brazil: Nation and Cultural Heritage as Narratives*, defendida na Universidade da Virgínia (EUA), orientada por Richard Handler e transformada no livro *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (1996). Esses dois trabalhos podem ser considerados marcos de uma reflexão antropológica sobre o patrimônio no Brasil. Um tema antes tratado por arquitetos e historiadores passava a ser focalizado sob o viés da Antropologia. (LIMA FILHO, 2007: 22)

As pesquisas de Antonio Arantes e José Reginaldo Gonçalves apresentaram à época uma visão desnaturalizada de um campo “contaminado” por ideologias com tendência nacionalista, onde a participação de políticas públicas estatais na formulação do que deveria ser considerado patrimônio e a identidade nacional brasileira era efetiva.

Os autores propuseram um novo olhar para as construções referentes às concepções de memória e identidade nacional, abrindo espaço para perspectivas diferentes aos estudos sobre o campo do patrimônio no Brasil.

As pesquisas de Gonçalves concentraram-se em categorias de pensamento, em discursos, em narrativas referentes ao campo do patrimônio cultural. Já os estudos de Arantes estavam centrados nos contextos sociais e institucionais referentes à construção das políticas de patrimônio nacionais. Ao autor interessava desvendar as relações sociais envolvidas neste processo de patrimonialização. Segundo Lima Filho (2007), Arantes e Gonçalves abriram caminho para que outros antropólogos voltassem suas pesquisas para a questão do patrimônio cultural.

É notório entre as décadas de 1980 e 1990, um crescente número de pesquisas sobre as concepções de memória, identidade e patrimônio nacional no Brasil, especialmente na esfera acadêmica. Além, é claro, das discussões sobre o tema do patrimônio referente às políticas públicas, seja na esfera nacional, seja internacional. Neste contexto, coube aos antropólogos o papel de atuar em significativas mudanças para formular políticas públicas culturais,

fundamentalmente, a partir da Constituição Cidadã Brasileira, promulgada em 1988, que redefine o que vem a ser a cultura e o patrimônio nacionais. Futuramente, na década de 2000, o patrimônio imaterial ganharia novo olhar, proporcionando pesquisas nas universidades, discussões nas instituições voltadas para a preservação do patrimônio nacional, e, o mais importante, o valor e o significado que tais práticas sociais e culturais teriam para seus produtores e usuários.

Desta maneira, abre-se maior possibilidade de atuação do antropólogo no campo de atuação profissional, seja na esfera acadêmica, seja na esfera da gestão.

Assim, cabia e ainda cabe ao antropólogo:

[...] o desafio de se sustentar como profissional, norteador pelas regras do mercado, e, ao mesmo tempo, ser fiel aos princípios metodológicos, conceituais e éticos da disciplina. Tal desafio foi, inclusive, tema de um seminário promovido pela ABA com a Universidade Federal Fluminense intitulado Antropologia extramuros, no ano de 2003. (LIMA FILHO; 2007: 30).

Aqui, cabe indagar qual é o papel da etnografia no campo do patrimônio cultural. Para tal reflexão, veremos, a seguir, a clássica pesquisa “Patrimônio, Negociação e Conflito”, de Gilberto Velho⁴, antropólogo brasileiro, publicada, em

O Tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca – Salvador (Bahia).

Em 1984, Gilberto Velho, antropólogo e membro do Conselho do Iphan, teve a oportunidade de ser relator do tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca, em Salvador, na Bahia.

A referida decisão causou grande polêmica na instituição de preservação do patrimônio nacional, como também na sociedade brasileira, uma vez que as opiniões dos conselheiros eram divergentes a respeito do ato de tomar um terreiro – (considerado por parte destes) – um

⁴ A trajetória acadêmica de Gilberto Velho é vasta, podemos verificar na Plataforma Lattes: Graduiu-se em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1968). Obteve o mestrado em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/ UFRJ (1970). Especializou-se em Antropologia Urbana e das Sociedades Complexas na Universidade do Texas, em Austin (1971). Doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (1975). Foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social e chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/ UFRJ. Ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Foi pesquisador Sênior do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências. Também foi membro do Conselho Deliberativo do CNPq, do Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Conselho Federal de Cultura. Atuou na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, Antropologia das Sociedades Complexas e Teoria Antropológica. Considerado o antropólogo pioneiro nos estudos sobre a Antropologia Urbana no Brasil. Faleceu em janeiro de 2012.

pedaço de terra desprovido de construções que justificassem monumentalidade ou valor artístico.

Velho recorda que:

[...] até aquele período, o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado, basicamente, a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira. As primeiras principais medidas de legitimação e proteção ao patrimônio foram tomadas, sobretudo, em relação a prédios coloniais e, em menor proporção, aos do período do Império e da Primeira República. (VELHO, 2006: 1).

O antropólogo aponta que o terreiro de Casa Branca apresentava uma tradição de mais de 150 anos e tinha um papel relevante na simbologia e no imaginário dos grupos ligados ao mundo do candomblé e aos cultos afro-brasileiros em geral. Diz ainda: do ponto de vista dessas pessoas o que importava era a *sacralidade* do terreno, o seu “axé”. E descreve o local:

Em termos de cultura material, encontrava-se um barco, importante nos rituais, um modesto casario, além da presença de arvoredos e pedras associados ao culto dos orixás. Não era nada que pudesse se assemelhar à Igreja de São Francisco em Ouro Preto, aos profetas de Aleijadinho em Congonhas, em Minas Gerais, ao Mosteiro de São Bento, ao Paço Imperial da Quinta da Boa Vista ou à Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Tratava-se, sem dúvida, de uma situação inédita e desafiante. (VELHO, 2006: 1 e 2).

Afirma Velho (2006): era a primeira vez que a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do Estado Nacional.

Vale ressaltar que os membros do Conselho do Iphan defendiam suas convicções enraizadas em práticas voltadas para uma política de patrimônio que exaltava monumentos e símbolos representantes da identidade nacional brasileira, chamada de elitista por vários estudiosos da área patrimonial. Argumentou-se também que não era possível tomar uma religião. Velho (2006) descreve que quase todos os presentes na reunião de Salvador concordavam que era necessário proteger o terreiro, mas alguns insistiam em não se utilizar a figura do tombamento.

No artigo, o antropólogo destaca que na reunião, sete membros estiveram ausentes e entre eles, certamente, opositores ao tombamento. O placar final foi apertadíssimo: três conselheiros votam a favor do tombamento, um contra, dois se abstiveram e um pediu o adiamento da votação. Finalmente, coube ao Secretário de Cultura do Ministério da Educação, Marcos Vinícios Vilaça, o voto de minerva e, assim, o tombamento foi aprovado. Velho (2006) recomendou:

O tombamento de todo o sítio, uma área de aproximadamente 6.800m², com as edificações, árvores e principais objetos sagrados, acompanhado de todas as medidas necessárias que efetivamente garantam a segurança desse patrimônio. Assinalei a visão de autores como Gilberto Freyre e Roger Bastide, que analisaram e valorizaram essa contribuição. Apontei também para o papel crucial na área da sociabilidade e do convívio dentro das camadas populares e entre estas e outros segmentos sociais. Frisei que, pelo menos, desde Nina Rodrigues ficara evidente o importante espaço social e simbólico ocupado pelos terreiros de Candomblé, entre os quais Casa Branca aparecia com particular destaque. A vida da cidade de Salvador não poderia ser compreendida sem essa percepção. Por outro lado, procurei demonstrar que dentro do quadro heterogêneo e complexo das grandes cidades contemporâneas, a atividade religiosa, com seus rituais e crenças, é essencial para a construção e a dinâmica das identidades. (VELHO, 2006: 2 e 3).

O referido episódio, segundo o antropólogo brasileiro, contribuiu para a reflexão sobre a dinâmica e as transformações do patrimônio cultural. O autor analisou o episódio como um drama social, usando os termos do antropólogo inglês Victor Turner. Havia um grupo de atores bem definido com opiniões e mesmo interesses não só diferenciados, mas antagônicos em torno de uma temática que se revelava emblemática para a própria discussão da identidade nacional e constata⁵:

Independentemente de aspectos técnicos e legais, o que estava em jogo era, de fato, a simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil. Tratava-se de decidir o que poderia ser valorizado e consagrado através da política de tombamento. Reconhecendo a válida preocupação de conselheiros com a justa implementação da figura do tombamento, hoje é impossível negar que, com maior ou menor consciência, estava em discussão a própria identidade da nação brasileira.

Neste contexto, podemos pensar sobre os interesses dos diferentes agentes sociais frente à questão do patrimônio, este interpretado como um campo de constante negociação e conflito.

O autor atenta para a posição do cientista social, especialmente, do antropólogo, diante da complexidade presente nas questões relativas ao patrimônio cultural no Brasil (principalmente nas cidades) – e defende que⁶:

é crucial a nossa tarefa de procurar perceber e compreender os diferentes pontos de vista em jogo. Sabemos, pelo menos desde Simmel, que o conflito é fenômeno constitutivo da vida social (ver p. ex. Simmel 1964 e 1971), que percebo como um constante e ininterrupto processo de negociação da realidade, com idas e vindas, recuos e avanços, alianças sendo feitas e desfeitas, projetos adaptando-se e alterando-se, com transformações institucionais e individuais.

Ao finalizar o artigo, o antropólogo diz estar convencido que proteger tombando o terreiro de Candomblé Casa Branca, seja em função dos debates e das polêmicas foi:

⁵ VELHO, 2006: 4.

⁶ *Ibidem*, p. 4.

[...] uma decisão correta em termos de política cultural. Nem sempre temos essa clareza, mas quando isso é possível devemos nos esforçar para compreender, mesmo *a posteriori*, a complexidade das situações e dos conflitos.

Para Amâncio (2014), análises como a de Gilberto Velho mostram a relevância que a etnografia assume no entendimento das dimensões críticas do patrimônio, das disputas, conflitos e negociações que o campo do patrimônio encerra.

ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Antes de pensarmos a relação e os pontos comuns entre os campos Antropologia, Educação e Patrimônio Cultural, faz-se necessário refletir sobre os conceitos de Educação e Educação Patrimonial.

Gilmar Rocha (2014), antropólogo brasileiro, defende que é preciso repensar o conceito de educação, a exemplo do que tem acontecido com a arte, cultura e a etnografia, em que se denuncia o quanto tais expressões são “invenções” etnocêntricas do pensamento ocidental. O autor diz que o significado de educação não é o mesmo de sempre tendo se modificado ao longo do tempo e nas mais diversas sociedades, especialmente em virtude do contexto social.

A Educação foi e ainda é objeto de estudo dos antropólogos, porém, na maioria das vezes, é tratada de maneira secundária. Segundo Rocha (2014), tal prática possivelmente justifica a ausência de uma “antropologia da educação”, até pouco tempo atrás, uma vez que para os antropólogos, dos clássicos aos contemporâneos, a educação não está restrita ao espaço formal da escola, ao contrário, mistura-se aos fenômenos da tradição, da transmissão da cultura, das manifestações rituais, das formas de socialização etc. Assim, podemos considerar que:

processos de formação da pessoa envolvendo técnicas, práticas e representações de ensino/aprendizagem podem ser vistos como da ordem da educação não estando restritos aos domínios da escola. Não por acaso, quando hoje em dia os antropólogos pensam a educação como um fenômeno que deve ser analisado em sua dimensão social, econômica, política, estética etc., à maneira dos fatos sociais totais, portanto, um fenômeno histórico e social complexo, descobrimos um *continuum* com a produção clássica da antropologia. Assim, a “educação” não é uma novidade aos antropólogos, muito embora possa ser vista como uma “invenção” recente. Na verdade, não devemos mesmo estranhar a estreita relação entre a noção de invenção com a de educação, ao menos é o que nos sugere um dos sentidos etimológicos do verbo educar como ação de trazer à luz uma ideia. (ROCHA; 2014: 2)

Carlos Rodrigues Brandão (2007: 146), psicólogo e antropólogo brasileiro, relata que durante muito tempo “a Antropologia deixou na penumbra quase tudo o que tem a ver com as estruturas e relações de reprodução do saber através da socialização escolar de crianças e de jovens. Isto é: a educação”. Acrescenta que ainda hoje é pequeno o interesse da Antropologia pelo campo educacional.

Para Rocha (2014: 03), a análise de Brandão é relevante frente à educação, porém, quando “olhamos para a história da Antropologia e passamos a relativizar o significado da educação e o da escola no mundo contemporâneo, descobrimos outra configuração cultural”.

O olhar antropológico sobre a Educação não se restringe ao universo do espaço escolar e, neste sentido, a educação não-formal passa a ser objeto relevante de análise antropológica. Carlos Rodrigues Brandão (1983: 9) menciona os processos de transmissão do saber popular no contexto das folias de reis: “antes de surgirem as escolas, são os lugares dos rituais os melhores espaços de trocas de saber. Dançando se sabe e cantando se ensina o saber da história e dos mitos da tribo”.

Rocha (2014) atenta para: a “ausência” explícita ou o suposto silêncio sobre o tema educação nas etnografias clássicas. Parece confirmar exatamente o contrário, ou seja, a sua inscrição disseminada no cotidiano das sociedades primitivas e tradicionais.

Podemos verificar tal afirmação ao mencionarmos duas pesquisas antropológicas referentes ao campo educacional: Margareth Mead, com seus estudos sobre a educação no processo de formação da personalidade em culturas primitivas e contemporâneas, e Florestan Fernandes, sobre a educação entre os tupinambás.

O antropólogo Gilmar Rocha (2014: 5), diz: “mais do que campos ou discursos incomunicáveis, antropologia, educação e patrimônio cultural parecem, ao menos historicamente, encontrar alguns pontos de convergência e diálogo”, afinal,

Preservar o patrimônio histórico da nação constitui, antes de tudo, uma missão educativa, pois o que se pretende com essa ação é levar ao conhecimento das gerações futuras o passado nacional com o objetivo de fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento dos cidadãos. Em última instância, é a herança de gerações passadas que se lega à posteridade e isso nada mais é do que, em sentido mais amplo, promover a educação. (PEREIRA; ORIÁ, 2012: 163).

Mas, afinal, o que vem a ser a Educação Patrimonial?

Primeiramente, é preciso chamar atenção de que não há um consenso quanto ao conceito de Educação Patrimonial, seja na esfera internacional, seja na esfera nacional.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CONCEITO PELO MUNDO AFORA

O termo Heritage Education surgiu na Inglaterra e o órgão governamental responsável para a proteção do patrimônio histórico denomina-se Historic Buildings and Monuments Commission for England, conhecido popularmente como English Heritage.

Referente à Educação Patrimonial, a instituição prima por incentivar e estimular a proteção do patrimônio histórico da Inglaterra por meio de:

- Aumento da consciência pública sobre o patrimônio histórico;
- Ampliação do acesso ao patrimônio histórico e envolvimento com diversas comunidades;
- Estímulo ao acesso, o interesse e a fruição do patrimônio por meio da proteção de sítios e coleções.

Segundo Oliveira (2011), o English Heritage possui um grande programa de atividades educativas nos bens e sítios protegidos, voltado principalmente para grupos escolares, são elas:

As Discovery Visits são atividades coordenadas por educadores especializados – equipes próprias e voluntários – direcionadas para grupos de até 30 crianças, pelo preço de £9097. Há vários roteiros disponíveis, com três estágios de complexidade de acordo com a idade dos visitantes. Fora isso, há material informativo disponível no sítio eletrônico sobre os bens protegidos e recursos didáticos como aulas prontas, atividades baseadas no currículo e imagens disponibilizadas gratuitamente. Também é editada semestralmente uma revista para professores. (OLIVEIRA; 2011: 84).

No Chile e no Uruguai, Oliveira (2011) descreve que “as ações estão voltadas para o ambiente escolar, para crianças e professores. A abordagem é de sensibilização para a valorização do patrimônio cultural”.

Cuba conta com o Escritório do Historiador de Havana, criado em 1938. É um organismo municipal autônomo, seu objetivo é fomentar a cultura e preservar o patrimônio cultural da cidade de Havana

Na França, desde 1985, existe o projeto *Villes et Pays d'Art et d'Histoire*, que consiste em uma rede nacional desenvolvida pelo Ministério da Cultura e da Comunicação e pelo Departamento de Arquitetura e Patrimônio da França, em parceria com autoridades locais. A proposta define conjuntamente objetivos específicos de promoção do patrimônio e de educação patrimonial que serão implementados por meio de ações de conhecimento, conservação, proteção e valorização do patrimônio arquitetônico e paisagístico, viabilizadas com auxílio financeiro do governo francês. A partir disso, os territórios, municípios ou grupos de municípios

recebem o título de Villes et Pays d'Art et d'Histoire, traduzido como Cidade ou país de arte e história:

A rede conecta 137 cidades e países, arte e história ligados à promoção do patrimônio e da arquitetura por meio de atividades como visitas, passeios, exposições educativas, habitacionais, de planejamento e serviços técnicos, desenvolvimento sustentável e turismo. Em 1995, foi criado o Conselho Nacional de Cidades e Países de Arte e História, que estabelece diretrizes gerais da política nacional e emite pareceres de inclusão ou exclusão da rede. (OLIVEIRA; 2011: 85).

Em 1994, a Unesco criou o Young People's World Heritage Education Programme (WHE Programme), com o objetivo – de incentivar e capacitar os jovens para participar da conservação do patrimônio frente às constantes ameaças, seja em nível local, seja em nível global.

De acordo com Oliveira (2011), o programa foi uma resposta ao artigo 27 da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Convenção do Patrimônio Mundial). O referido programa apresentou uma abordagem mais ampla do que o patrimônio cultural, abrangendo também ecologia e biodiversidade. Seus principais objetivos:

Desenvolver novas e eficazes abordagens educativas, métodos e materiais para apresentar/reforçar a Educação Patrimonial nos currículos nos Estados Membros da Unesco; integrar educadores, especialistas em patrimônio, especialistas em meio ambiente, os Estados membros e outros atores interessados.

O Conselho da Europa iniciou a promoção de atividades de educação patrimonial em 1989, a partir da Recommendation nº R(98)5 do Committee of Ministers to member states concerning heritage education. O documento, conforme descrição de Oliveira (2011) recomenda a adoção de medidas adequadas para iniciar e desenvolver ações de educação patrimonial e promover o conhecimento do patrimônio entre os jovens. É um marco de todas as atividades do Conselho. O foco das ações é o desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural com base nos valores da democracia, convivência pacífica, tolerância e desenvolvimento sustentável.

No Brasil, atribui-se o momento de fundação da Educação Patrimonial ao I Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial – instituição vinculada ao Iphan – por Maria de Lourdes Horta (diretora da instituição no referido período), baseado no conceito de Heritage Education, termo de origem inglesa. As experiências pioneiras de Educação Patrimonial foram realizadas em museus.

Lima Filho (2007) diz que “perceber a educação dentro de uma perspectiva que aposta na cultura como princípio norteador não é novidade no Brasil”.

No início dos anos 1980, é criado, pela Fundação Nacional Pró-Memória, o projeto Interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país que procurava diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos [conferindo o] estatuto de 'cultura' às experiências que o aluno trazia para a escola. Isto implicava a utilização das artes em geral, assim como dos esportes, dos museus e dos locais históricos, como ferramentas pedagógicas que potencializassem o processo ensino-aprendizado. (LIMA FILHO, 2007: 82).

Vale lembrar a influência da pedagogia "freiriana", que apresenta como um dos pontos fundamentais em suas discussões o conceito antropológico de cultura. Paulo Freire, educador, pedagogo e filósofo brasileiro, procurou observar que este tema é de extrema relevância em qualquer contexto, uma vez que, ao discutir sobre a cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela. Assim, para Lima Filho (2007), cultura material torna-se elemento do processo de "alfabetização cultural", termo utilizado por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui as manifestações eruditas e populares.

De acordo com Rocha (2014), o tema da educação patrimonial constitui uma invenção recente, conforme citado anteriormente, porém, é preciso atentar para alguns aspectos que as políticas de preservação patrimonial nos apresentam sobre o assunto desde 1930 na sociedade brasileira com a criação do futuro Iphan. Entretanto, é somente na década de 80 do século XX que o tema recebeu um olhar mais interessado por parte de historiadores, museólogos, pedagogos, arte-educadores e outros profissionais.

Florêncio (2014) descreve que, desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan "manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade".

Já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens. A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira. (FLORÊNCIO; 2014: 7).

Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, publicação considerada pioneira, tornando-se o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo Iphan.

De acordo com o guia:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; 1999: 6).

A metodologia apresentada a partir da publicação do guia envolve quatro etapas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais: observação, registro, exploração e apropriação. Segundo Florêncio (2014), as autoras “reivindicam a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas”.

A Educação Patrimonial é apresentada pelas autoras do referido guia como um “processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

As autoras citadas acima discorrem que a metodologia desenvolvida se aplica a⁷:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente.

O guia ainda é referência para a Educação Patrimonial, porém, com ressalvas por parte de alguns profissionais atuantes no campo do patrimônio cultural, especificamente com relação à questão metodológica.

Desde 2014, o Iphan apresentou uma nova perspectiva referente ao conceito e à metodologia a ser aplicada na Educação Patrimonial, principalmente por esta ter se tornado uma política pública nacional de preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

A partir de debates institucionais, aprofundamentos teóricos e avaliações das práticas educativas voltadas à preservação do Patrimônio Cultural, o Iphan apresenta a Educação Patrimonial como:

[...] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das

⁷ *Ibidem*; p. 6.

referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO; 2014: 21)

Podemos verificar no site do Iphan a implementação de uma postura educativa em todas as suas ações institucionais, cujo objetivo é “que cada representação do Iphan no território nacional funcione como centro de diálogo e construção conjunta com a sociedade de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural”. Exemplo, são as chamadas Casas do Patrimônio, consistem em:

[...] um projeto pedagógico, com ações de educação patrimonial e de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. Fundamentam-se, ainda, na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais. (Iphan: 2018)

Mesmo com diversas ações educativas relacionadas à valorização do patrimônio cultural, não há consenso para o conceito de Educação Patrimonial no Brasil.

Rocha (2014) chama a atenção para tal indefinição e acrescenta que não se sabe ao certo se falamos de:

- um campo novo ou um subcampo que alia pesquisa, ensino e extensão;
- um objeto de políticas públicas;
- uma metodologia de pesquisa aliada à promoção social;
- uma ação educativa composta por várias metodologias (caminho pedagógico para a valorização de bens patrimoniais);
- um meio para a afirmação de identidades culturais e o reconhecimento de certos grupos sociais;
- um veículo de promoção de vínculos de bens simbólicos de reciprocidade entre os homens com seus bens culturais;
- um processo de alfabetização cultural;

Segundo o referido antropólogo, podem ser estas e outras mais as definições conceituais para o que vem a ser a Educação Patrimonial.

Para o Iphan, a Educação Patrimonial tem função mediadora e deve proporcionar uma nova leitura da história com o objetivo de apresentar outras ferramentas, outros objetos e saberes no espaço escolar – na educação formal, desconstruindo, desse modo, a ideia e a prática da história e da memória impostas e contadas de cima para baixo, em uma perspectiva

elitista, mas sim, um espaço de diálogo, autonomia e participação da população, da comunidade produtora e usuária do patrimônio cultural.

Em 2016, o Iphan publicou um Manual de Aplicação intitulado “Inventários Participativos” – ferramenta de Educação Patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho ora apresentado, procuramos discutir e refletir sobre a noção de patrimônio cultural enquanto uma construção social, bem como uma categoria educativa para a formação dos cidadãos, através da política pública nacional idealizada pelo Iphan, denominada Educação Patrimonial. Assim, buscamos alguns questionamentos elementares para compreender os diferentes campos, agentes e interesses vinculados ao Patrimônio Cultural Brasileiro. Apresentamos breve noção de cultura para o senso comum e para a Antropologia; o que vem a ser o Patrimônio Cultural; a contribuição da Antropologia no campo patrimonial; o que é a Educação Patrimonial e qual o seu papel como ação educativa para proteger e preservar o Patrimônio Cultural Material e Imaterial Nacional.

Foi possível compreender que ao longo da história a noção de Antropologia, Patrimônio Cultural e, mais recentemente, de Educação Patrimonial passou por mudanças conceituais e metodológicas e, também, que o campo do patrimônio cultural e da Educação Patrimonial encontram-se em constante construção, sem delimitações cerradas.

A partir da pesquisa publicada pelo antropólogo brasileiro Gilberto Velho (2010) sobre o tombamento de um terreiro de candomblé, em Salvador, na Bahia, passamos a compreender que o campo do patrimônio cultural é um espaço constante de negociação, de conflito e de valor.

Assim, podemos dizer que a Cultura, o Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial são campos polissêmicos, de caráter interdisciplinar e político, uma vez que os diferentes agentes sociais buscam realizar seus próprios interesses.

A Educação Patrimonial enquanto uma política pública nacional é defendida pelo Iphan como: “processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação”.

Por fim, os “Inventários Participativos” publicados em 2016 pelo Iphan, são considerados uma ferramenta de Educação Patrimonial com os objetivos de fomentar a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade procure identificar e valorizar as suas referências culturais, considerando-as protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Os inventários participativos – principal ferramenta metodológica e antropológica para auxiliar no mapeamento do patrimônio cultural brasileiro, seja material, seja imaterial.

Sem a pretensão de “fechar” e concluir campos de caráter complexos como a Antropologia, o Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial, as discussões fomentadas procuraram estabelecer a importante relação que a ciência antropológica possui na formulação de teorias, pesquisas e políticas públicas voltadas para a disseminação e a preservação do patrimônio cultural nacional.

Referências

- ABREU, Regina. *Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais*. In: ILHA – Revista de Antropologia / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. V. 14, N. 1 (2012) – Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2012.
- AMÂNCIO, Hélder Pires. *Antropologia e Patrimônio Cultural*. Cadernos NAUI, V. 3, N. 5, jul-dez/2014.
- ARANTES, Antônio. *O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana*. *Habitus*. Goiânia, v. 4 n.1, jan./jun., p. 425-435, 2006.
- ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. *Sociologia*. São Paulo: Scipione, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: [s. n.], 1988.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Imaginários urbanos*. Buenos Aires: Ed. Universitária de Buenos Aires, p. 149 1997.
- CASTELLS, Alicia N. G. de. *Políticas de patrimônio – entre a exclusão e o direito à cidadania. O público e o privado*. Fortaleza: UECE – Universidade Estadual do Ceará, 2008.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP. p. 11-28, 2001.
- DA MATTA, Roberto. *Você tem cultura?* Jornal da Embratel, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. *A dualidade do conceito de cultura*. Jornal O Estado de São Paulo, 1999.
- FIGUEIRA, Cristina. Ap. Reis. *Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas*. São Paulo: Edições SM, 2012.
- FLORÊNCIO, Sonia R. R. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*, Brasília: Iphan, 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. (org.) Revista Tempo Brasileiro. *Patrimônio Imaterial*. Out.-Dez., N. 147, pp. 69-78, RJ, 2001.
- _____. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2a ed. Rio de Janeiro: MinC – Iphan, 2017.
- HORTA, M.; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. (orgs.). *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN-Museu Imperial, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016*.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- LIMA FILHO, Manuel. *Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: questões*

- antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos*. In: LIMA, 2006.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira e ABREU, Regina. *Antropologia e Patrimônio Cultural no Brasil*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ERKERT, Cornelia e BELTRÃO, Jane Filipe (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia. *Quando o campo é o patrimônio*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ERKERT, Cornelia e BELTRÃO, Jane Filipe (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- ROCHA, Gilmar. *Educação patrimonial e mediação antropológica*. *Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle*. Abril, nº 23, p. 57-82, 2014.
- RODRIGUES BRANDÃO, Carlos. *O Que é Educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ROTMAN, Mónica e CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de. *Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades* In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ERKERT, Cornelia e BELTRÃO, Jane Filipe (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de e GROSSI, Miriam Pillar Grossi. *A ABA e as pesquisas sobre o patrimônio cultural*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ERKERT, Cornelia e BELTRÃO, Jane Filipe (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- OLIVEIRA, C. *Educação patrimonial no IPHAN*. Monografia de Especialização em Gestão Pública/ENAP, 2011.
- PEREIRA, J; ORIÁ, R. "Desafios teórico-metodológicos da relação educação e patrimônio". *Resgate*, V. XX, N. 23, p. 161-171, 2012.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da e BEZERRA, Márcia. *Educação Patrimonial: Perspectivas e Dilemas*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ERKERT, Cornelia e BELTRÃO, Jane Filipe (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. *Mana*. Estudos de Antropologia Social. V. 12, N. 1, p. 237-248, 2006.

SITES CONSULTADOS

- Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/>. Acesso em: 16/6/2018.
- Disponível em: <http://www.iphan.gov.br> . Acesso em 23/6/2018.
- Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/wheducation/>. Acesso em: 25/7/2018.
- Disponível em: <http://www.english-heritage.org.uk/>. Acesso em: 26/7/2018.
- Disponível em: <http://www.ohch.cu/>. Acesso em: 26/7/2018.
- Disponível em: <http://www.habananuestra.cu/> Acesso em: 26/7/2018.
- Disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/vpah/>. Acesso em: 26/7/2018.